X Encontro Nacional de Economia Política

NOTA SOBRE AS ORIGENS E OS LIMITES DA ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO

Autor: Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes, Depto. Ciência Política, Unicamp
e-mail: remoraes@terra.com.br

Resumo:

O artigo parte da convicção de que a história de uma idéia é relevante para a compreensão de suas virtualidades. Assume ou presume, ainda, que uma série de questões formuladas, há cerca de meio século, pela economia do desenvolvimento e pela teoria da "modernização", seguem sendo relevantes, contribuindo para modelar fortemente nossa compreensao dos problemas atuais no campo da economia política internacional. Para desenvolver esta reflexão, o artigo examina um tópico dentro da história da(s) teoria(s) do desenvolvimento, focalizando alguns economistas que, através de livros-texto emblemáticos, participaram da fundação desse campo subdisciplinar, entre o final dos anos 1940 e início dos anos 1960. Eles são aqui tomados como exemplos, na identificação de padrões e dilemas dessas teorias.

NOTE ON THE ORIGINS AND LIMITS OF THE DEVELOPMENT ECONOMICS

Abstract

This paper assumes that the history of an idea matters to the understanding of its development possibilities. It also accepts, and supposes, that several questions stated some fifty years ago, by development economics and by "modernization" theory, continue to be relevant today and contribute to framing our understanding of current problems in the field of international political economy. In an attempt to cope with these historical/theoretical problems, the text studies a single aspect in the history of development theory (or theories), focusing on some economists who, through emblematic text-books, participated in the creation of this subdiscipline, between the end of the 1940's and the beginning of the 1960's. They are taken here as examples, in an attempt to identify patterns and dilemmas in those theories.

Área: Economia política, Capitalismo e Socialismo

Subárea: Economia Política do Desenvolvimento

Comissão Científica:
Francisco Paulo Cipolla (UFPR)
Reinaldo Carcanholo (UFES)

Introdução : de como a história de uma idéia é relevante para a compreensão de suas virtualidades

Desde o final da II Guerra Mundial, alguns termos e noções começaram a freqüentar o discurso das ciências sociais: subdesenvolvimento e terceiro-mundo, por exemplo. Outros, tiveram seu significado inteiramente redefinido, quando não transformado em campo de disputa: desenvolvimento e modernização talvez sejam casos típicos.

Não citamos estes termos – e candidatos a conceitos – por acaso. Por que a importância de datar seu nascimento ou reencarnação? Porque a "teoria do desenvolvimento", esse campo multidisciplinar desde a sua origem, deve a tais circunstâncias e momentos a constituição de suas vertentes e dilemas. O exame preliminar do que já se escreveu a esse respeito, nas últimas décadas, leva-nos a pensar na permanência de problemas e temas que não foram inteiramente "resolvidos" em uma relação tensa: aquela que se estabeleceu, em diferentes momentos da história capitalista, entre países e sociedades com desiguais graus de domínio sobre recursos e processos estratégicos para o domínio econômico ou para a coerção política.

O período histórico que enfocamos já foi chamado de "Vinte e Cinco Gloriosos" do pós-guerra. Para o tema que nos afeta, contudo, podemos estreitar um pouco mais esse tempo, colocando-nos entre o Programa do Ponto IV de Truman e a Aliança para o Progresso de Kennedy. E o que era importante, neste segundo intervalo, para os termos-idéias acima referidos? Em primeiro lugar, temos o surgimento das nações "jovens", paridas, geralmente a fórceps, pela descolonização. As "emerging nations" de Millikan-Rostow[1] constituem uma sombra renitente – promissora ou temerária – na maior parte dos estudos sobre o cenário do pós-guerra. Em segundo lugar, naquele momento, temos a re-emergência de outras nações, não exatamente jovens, mas re-identificadas pelo quadro de polarização em que se colocavam. São países não tão providos de riqueza e poder político para figurar no "primeiro mundo" capitalista. Por outro lado, também não cabiam no "segundo mundo", a constelação das economias planificadas que, naquele momento pelo menos, seguiam o roteiro de reequipagem política da União Soviética.

---

[1] *The Emerging Nations* – their Growth and United States Policy, estudo coletivo organizado por Max Milikan no âmbito do Centro de Estudos Internacionais do MIT, no início da década de 1960, reuniu nomes importantes da "teoria da modernização": Daniel Lerner, Everett Hagen, Lucian Pye, W.W. Rostow, entre outros. O estudo foi publicadotambém no Brasil: Millikan, Max e Blackmer, Donald - *Nações em Desenvolvimento*, ed. Fundo de Cultura, R.Janeiro, 1963

Terceiro-mundo: o termo costuma ser atribuído ao demógrafo A. Sauvy e fora deliberadamente inspirado na coreografia socio-política da revolução francesa[2]. Ao lado de uma descrição pelo negativo e pelo residual, e exatamente por essa alusão histórica incômoda, a expressão sugeria um certo medo. Talvez isto ajude a explicar os termos em que seria vazado o famoso Programa do Ponto IV de Truman, referência quase que obrigatória em qualquer reconstrução da teoria do desenvolvimento. A mensagem do presidente norte-americano ao Congresso, em 1949, dava como motivação explicita do plano de ajuda aos países pobres a meta de evitar que seu estado de desespero derivasse para a adoção de comportamentos políticos inconvenientes, perigosos. Isto é, para a adoção de regimes comunistas ou cripto-comunistas.

Desenvolvimento: este, mais do que um conceito, seria um campo em disputa. Há uma disputa pelo seu próprio significado: o que é? O que implica, supõe ou propicia? Há outra disputa pelo modo de construir sua identificação: como pode ser traçado seu perfil e medidas suas dimensões? Disputa pelos sujeitos/substâncias de quem ele pode ser atributo ou qualidade. Disputa pela "unidade de análise": o quê/quem se desenvolve? Quem disso se beneficia? Disputa, enfim, pelas conclusões normativas: deve e/ou pode ele ser provocado ou acelerado? Como? Questões como essas povoam o nascimento da chamada "teoria do desenvolvimento" ou da "modernização" – ou, melhor dizendo, do conjunto nada homogêneo de reflexões e análises que sob esse toldo se difundiram desde o final dos anos 1940. Um dos objetivos de nosso trabalho é explorar esse campo de contendas – suas circunstâncias, atores e manifestações, em uma de suas vertentes.

Também cabe lembrar que, a rigor, desenvolvimento é uma reencarnação – ou uma re-significação – de temas e problemas que eram ainda mais antigos na história da economia política. Progresso material e, mais emblematicamente, claro, "riqueza das nações" já eram os objetos, por excelência, da economia política clássica. Mas a reencarnação toma nova forma, em contexto tão rico, com a ascensão de um novo *hegemon* e com a invasão da cena internacional por algumas dezenas de "jovens países" constituídos pela descolonização do pós-guerra. Novos atores, nova cena, novo enredo.

Esses dois elementos do contexto são decisivos para explicar o surgimento das teorias do desenvolvimento. Salta à vista a importância do primeiro – mais especialmente, da política externa norte-americana. O ingresso daquele país na cena internacional já não é vacilante como fora sob

---

[2] O artigo de Alfred Sauvy -- *Trois mondes, une planète* – saiu em L'Observateur, na edição de 14/agosto/1952, n°118, página 14. Pode ser recuperada no seguinte endereço eletrônico: http://www.homme-moderne.org/societe/demo/sauvy/3mondes.html. Acesso: 28/11/2004.

W.Wilson. Anders Stephanson[3] lembra que a doutrina do "manifest destiny" comportava duas interpretações e dois comportamentos– isolar-se e florescer "longe do mundo", a ele oferecendo um exemplo de nação, ou intervir decididamente para garantir que este exemplo fosse de fato seguido. Stephanson afirma que a primeira alternativa teria predominado na curta vida da república norte-americana, mas que seria claramente suplantada e substituída pela outra, depois da Segunda Grande Guerra. Essa modulação é sinalizada pela história dos numerosos centros de estudos e *think tanks* criados para o estudo comparado de paises, em especial os paises daquele Terceiro Mundo em disputa.

E o segundo elemento do contexto? Nações jovens – estados jovens -- entravam no mapa. Mas, como dissemos, havia também as rejuvenescidas, aquelas que existindo há muito tempo, reconstruíam suas identidades e sua presença nesse terreno. Trata-se de uma era de desenvolvimento – uma era de *nation-building*. Pode-se mesmo afirmar que havia quase que uma necessidade (pelo menos conveniência) de um *telos* desenvolvimentista para vertebrar a estrutural social e as coalizões políticas desses países, para tornar visível e acreditável a aventura do *nation building*. A conjuntura constituiria, por assim dizer, uma janela de oportunidade para que surgisse um dispositivo ideológico novo – o desenvolvimentismo, uma espécie de equivalente funcional do keynesianismo e da economia mista, aparatos conceituais que se tornaram, no países centrais do sistema, os "achados" do capitalismo do pós-guerra. A formação dessa imagem-destino – o país desenvolvido -- era, em certa medida, uma novidade e uma "vantagem dos retardatários", para usar a expressão atribuída a Veblen e Gerschenkron. Quando haviam "decolado" para a industrialização, os construtores dos "first comers" (Inglaterra, França, EUA, por exemplo) não tinham essa referência. [4] Em contrapartida, os lideres do Terceiro Mundo têm (ou julgam ter) nos países desenvolvidos uma projeção de seu caminho.[5]

Apresentando uma coletânea de ensaios sobre a história da teoria da modernização e do desenvolvimento[6], Akira Irye enumera as questões que se impunham aos centros e *think tanks*

---

[3] Stephanson, Anders – *Manifest Destiny* – American Expansion and the Empire of Right, ed. Hill and Wang, N.York, 1996.

[4] A lembrança não é minha, é de Marion Levy: :"... these peoples did develop these processes at a time when they did not exist in any highly developed state anywhere else in the world (...) these nations had no idea of where these processes would lead them" (Marion J. Levy Jr. – *Modernization: latecomers and survivors*, ed. Basic Books, N.York/London, 1972., p. 12)

[5] Mesmo a interpretação marxista guardaria tal imagem: os paises desenvolvidos colocam diante dos atrasados um espelho de seu futuro, é a famosa frase de Marx, em um dos prefácios do *Capital*.

[6] Engerman, David; Gilman, Nils; Haefele, Mark e Latham, Michael – *Staging Growth* – modernization, development, and the global cold war, University of Massachusetts Press, Amherst e Boston, 2003.

mencionados logo acima – e que povoaram aquilo que já se chamou de complexo militar-industrial-acadêmico norte-americano[7]. Vale a pena recuperar a lista de perguntas:

> Is modernization the same thing as Westernization? Is the idea of modernization universally valid? Does modernization bring about global integration? Do countries follow similar trajectories as they undertake development? If so, will all nations and societies ultimately come to look alike, to converge? Or, on the contrary, will different countries develop differently, owing to their indigenous cultural and "national character" traits? Put this way, the questions are those that are being addressed today by commentators of the world scene. [p. XII)

No mesmo volume, Michael Latham aponta a permanência não apenas das questões, como indagações pontuais, mas da moldura geral que forneceram ao pensamento:

> In the post-Cold War era, modernization theory's sense of destiny has certainly faded and scholars have increasingly turned away from its rigidities to describe transnational phenomena. Rather than considering America's ability to channel and direct the world's future, social theorists have hastened to investigate cultural and economic changes that are mutual and reciprocal, not binary or unidirectional. Rather than a simple "passing of the traditional," analysts have turned to describe globalization, an internationalization of human migration, finance, communications, markets, and culture that has produced a host of overlapping group, religious, and ethnic identities. Yet.. the fundamental questions about development and progress that modernizers raised in the Cold War world will continue to shape our own.

Para dar sequencia a essa reflexão, o texto que segue examina um tópico dentro da história da(s) teoria(s) do desenvolvimento, focalizando os dilemas de alguns economistas que, através de livros-texto emblemáticos, participaram da fundação desse campo subdisciplinar, entre o final dos anos 1940 e início dos anos 1960. Eles são aqui tomados como exemplos, na identificação de padrões e dilemas dessas teorias.

---

[7] Nils Gilman, em *Mandarins of the Future* - Modernization Theory in Cold War America, Johns Hopkins University Press, Baltimore and London, 2003, p. 45.

Desenvolvimento e subdesenvolvimento - os termos do problema e os documentos em exame

Os criadores da "economia do desenvolvimento", uma jovem subdisciplina, desde logo perceberam que deveriam transcender a pura *economics* e retomar o adjetivo renegado pelos fundadores da visão neoclássica: mesmo mantendo distância frente a hereges como List, o *main stream* era forçado a reconhecer a necessidade de uma econômica *política*, algo similar àquela que haviam praticado Adam Smith e Stuart Mill para explicar as "causas da riqueza das nações".

Era a essa tradição -- a da economia política – que os economistas do desenvolvimento apelavam para compor o quadro explicativo do atraso[8]. Os exemplos que tomamos, mais adiante, para evidenciar essa inclinação, não precisam nem mesmo passar por autores marcada e francamente heterodoxos, como Alexander Gerschenkron, Albert Hirschman[9], os cepalinos. Ou para a economia política do desenvolvimento de orientação marxista, como a de Paul Baran, que também publicara ensaios impactantes no início dos anos 1950[10]. Dirigiremos nosso olhar, neste momento, para a sabedoria convencional de economistas claramente "disciplinares" e familiares ao *main stream*, autores de livros-texto da profissão.

---

[8] Nessa época, muitos autores preferiam esse termo, "paises atrasados", Ver p. ex. Hla Myint – "Uma interpretação do atraso econômico", in Agarwala, A. N. e Singh, S.P. (eds) – *A economia do subdesenvolvimento*, ed. Forense, R. Janeiro/S.Paulo, 1969 (o artigo foi originalmente publicado em 1954). É o caso, ainda, de Harvey Leibenstein – *Economic Backwardness and Economic Growth*, NY, Wiley, 1957

[9] A primeira aparição do famoso ensaio de Alexander Gerschenkron – "Economic Backwardness in historical perspective" – ocorreu em seminário organizado por Bert Hoselitz, em 1951, na Universidade de Chicago. O evento resultou em uma coletânea editada pelo próprio Hoselitz – *The progress of underdeveloped áreas* (Univ. Chicago Press, 1952). Um dos desdobramentos dessas iniciativas de Hoselitz seria a criação de um importante periódico desse campo de conhecimentos: *Economic Development and Cultural Change*. Quanto a Hirschman, que também participou desse seminário e da coletânea, havia organizado sua carreira nessa área – a economia do desenvolvimento – anos antes, como consultor do Banco Mundial na Colômbia. Hirschman relata sua trajetória em *A moral secreta do economista* e em *Auto-subversão*, ambos já publicados no Brasil, pela Editora da Unesp e pela Companhia das Letras, retrospectivamente.

[10] Referência importante é seu artigo de 1952. "Economia política do subdesenvolvimento" reimpresso in: AGARWALA e SINGH, op. cit. pp. 83-98. No ano seguinte, Baran realizaria uma série de palestras na Universidade de Oxford. As conferências resultariam, em 1955, na redação do livro *Political Economy of Growth*, publicado, finalmente, em 1957, pela Monthly Review Press, casa editora que daria abrigo a numerosos ensaios sobre o tema – subdesenvolvimento, desenvolvimento, imperialismo – produzidos pela esquerda marxista norte-americana.

Mais precisamente, chamamos a atenção, primeiramente, para alguns tratados e manuais da década de 1950, voltados justamente para esse tema. Começamos com um estudo encomendado por um dos primeiros *think tanks* da área, o Twentyeth Century Fund, que, em 1951, encomendou a dois professores da Universidade da Califórnia, Norman Buchanan e Howard S. Ellis, um estudo sobre o desenvolvimento econômico. Buchanan e Ellis já dirigiam pesquisas para o TCF desde a metade da década de 1940. Buchanan, por exemplo, publicara o alentado *Rebuilding the world economy: America's role in Foreighn Trade and investment* (Twentieth Century Fund, 1947). Ellis trabalhara no Plano Marshall e na reconstrução do Japão. Na ocasião em que dirigiu essa pesquisa para o TCF, presidia a American Economic Association e a International Economic Association. Da investigação de 1951 resultou, em 1955, a publicação do livro *Approaches to economic development*, parao qual dirigimos nosso olhar.

Em seguida, examinamos *Economic Development, Theory, History, Policy*, escrito por Robert E. Baldwin e G.M. Meier. O manual, de 1957, teve varias edições e reimpressões, em diversos países, incluído o mundo árabe, o leste asiático (Vietnã, Indonésia) e o leste europeu (Polônia). Os autores iriam marcar profundamente esse campo. Robert E. Baldwin escreveu numerosos estudos sobre economia internacional, muitos deles sobre a política comercial exterior norte-americana. Tem ainda importantes estudos sobre a relação entre desenvolvimento econômico e exportações. Gerald M. Meier, por sua vez, organizou dois volumes de uma coletânea de depoimentos de gigantes da disciplina - *Pioneers in Development*:, editados pelo Banco Mundial. Neles, quinze desses "pioneiros" participam com ensaios retrospectivos, comentando aspectos teóricos e políticos de seus trabalhos anteriores: P.T. Bauer, C. Clark, C. Furtado, G. Haberler, A.C. Harberger, A.O. Hirschman, W.A. Lewis, H. Myint, G. Myrdal, R. Prebisch, P.N. Rosenstein-Rodan , W. W. Rostow, T.W. Schultz, H.W. Singer e J. Tinbergen. Depois, e nessa mesma temática, Meier organiza, com Joseph E. Stiglitz, outra coletânea, também para o Banco Mundial: *Fontiers of development economics : the future in perspective in 2001*.

O terceiro "manual" é de Charles Kindleberger – *Desenvolvimento Econômico*, de 1958. Depois de seguir carreira como economista e pesquisador em grandes agências financeiras americanas e internacionais (Federal Reserve Bank of New York; Bank for International Settlements, Suiça; Federal Reserve System, Washington), no Departamento de Estado dos EUA (incluindo o papel de assessor no chamado Plano Marshall), Kindleberger tornou-se, em 1948, professor do Massachusetts Institute of

Technology. Autor de numerosos e influentes estudos de história econômica e livros-texto de economia internacional, teve sua obra mais popular publicada em 1978: *Manias, Panics, and Crashes*.

Veremos que, para produzir um quadro intelectual que racionalizasse e justificasse as políticas de desenvolvimento e assistência técnica, a economia do desenvolvimento -- assim como a teoria da modernização, sua companheira e complemento nas demais ciências sociais – precisaria reconstruir a interpretação da historia norte-americana, apresentada ou tacitamente suposta como o mais acabado dos caminhos para a mais moderna das sociedades modernas. E precisava elaborar uma interpretação sobre o papel dessa sociedade no mundo. Para tudo isso, em boa medida, tal narrativa teria que ser convincente, conveniente e... conivente.

Antes de examinar os documentos acima, contudo, cabe uma nota sobre dificuldades de método e definição que assombraram a "jovem subdisciplina" no seu momento de afirmação. É o que segue logo mais abaixo.

Desenvolvimento: definir e medir

O primeiro desafio, para compreender o subdesenvolvimento e receitar os modos de superá-lo, é caracterizar devidamente esse estado, entender esse animal. É preciso operacionalizar a definição: transformá-la em conceito ou "teoria", dela deduzindo, em seguida, conseqüências observáveis (e, pelo menos em princípio, mensuráveis). Esta é a fase que a epistemologia neopositivista chamaria de nomotético-dedutiva. A observação controlada e a mensuração – que verifica as conseqüências observáveis e corrobora ou refuta a teoria – constituem a segunda parte, a experimental.

Pois bem, a caracterização preliminar do subdesenvolvimento – na dimensão estática, como baixa taxa de produto ou renda per capita, ou na dimensão dinâmica, como baixa taxa de crescimento dessa proporção ao longo do tempo – já mostra algumas dificuldades. E não são apenas dificuldades operacionais ou materiais, como as que se encontrava para obter dados confiáveis nos jovens e desorganizados paises emergentes do rápido processo de descolonização do pós-guerra. Os problemas e dilemas eram também conceituais. Na proporção supramencionada (produto/pessoa), por exemplo, o que se deve computar no denominador? População total? Ou a parcela em idade de produzir, população potencialmente integrável na atividade econômica? Ou, ainda, aquela efetivamente integrada? As diferentes decisões quanto a esses caminhos fazem com que, em cada um deles, tenhamos medidas de fenômenos também muito diferentes.

Problema igualmente complexo – talvez mais complexo, a julgar pela insistência da literatura – está no numerador. O que é "produto" e o que é "renda"? Como eles são "contados"?

Enfrentando esses dilemas, ao mesmo tempo instrumentais e categoriais, ganha novo alento uma tentativa já multissecular: a idéia de construir sistemas de contabilidade nacionais[11] mobilizou, no século XX, o talento e o suor de gigantes da teoria econômica. Pelo menos três edições do Premio Nobel foram empenhadas nesse tema: Richard Stone, Simon Kuznetz, Wassilly Leontief.

Kuznetz recebeu o prêmio em 1971, segundo o parecer da comissão julgadora, "for his empirically founded interpretation of economic growth which has led to new and deepened insight into the economic and social structure and process of development". Desde a metade da década de 1920, Kuznets dirigira o National Bureau of Economic Research (NBER), buscando construir contagens da renda nacional americana em longos períodos. Publicou numerosos trabalhos sobre esse tema, nas décadas de 1930 e 40. Leontief foi premiado em 1973 ,"for the development of the input-output method and for its application to important economic problems" . E Richard Stone, por fim, foi agraciado em 1984 - "for having made fundamental contributions to the development of systems of national accounts and hence greatly improved the basis for empirical economic analysis"

Stone, aliás, pesquisador de Cambridge-UK, preparara, para a OECE, em 1952, um relatório chamado *Simplified System of National Accounts* – um sistema que a organização recomendava aos paises membros. Mas, já em 1947, tivera um importante trabalho publicado pela ONU – como um apêndice ao documento da entidade, *Measurement of National Income and the Construction of Social Accounts*. Desde a década de 1930, a Liga das Nações e, depois, a ONU também iriam operar na construção de sistemas dessa natureza, fornecendo assistência técnica aos paises membros para a adoção dessas contabilidades nacionais. Resultado desse investimento intelectual e institucional, O *System of National Accounts and Supporting Tables* (SNA) teve Stone como um de seus autores – mais ainda, o chefe da equipe.

---

[11] A literatura sobre o tema costuma lembrar o ato fundacional de William Petit e aquilo que, com alguma licença, poderíamos chamar de seu "sistema de apoio à decisão gerencial" para o estado mercantilista. Para uma avaliação do significado desse empreendimento, na alvorada dos tempos modernos, é instrutivo o ensaio de George Gusdorf sobre "L'arithmétique politique et la statistique" em seu monumental *La Révolution Galiléenne*, ed. Payot, Paris, 1969, tome II.

Com esses esforços, o numero de paises com sistemas de contas nacionais cresceu rapidamente – 39 paises em 1945, 93 em 1955[12]. Um outro influente evento merece menção, neste tema. Em 1939, um trabalho seminal do australiano Colin Clark fazia monumental esforço para medir e comparar riquezas de diversos paises (e suas distribuições intra-setoriais em cada pais).[13]

Sem a acumulação desses ativos intelectuais, certamente, seria difícil imaginar as escalas classificatórias do World Bank, na segunda metade da década de 1940. Nelas, os paises subdesenvolvidos eram definidos pelas baixas relações riqueza/população frente aos paises desenvolvidos (EUA, Europa Ocidental, Canadá, Austrália), delimitando, por assim dizer, uma "linha de pobreza" a separar os dois mundos.

O primeiro documento abrangente da ONU, a esse respeito, comparando e classificando países, aponta exatamente para o problema conceitual que mencionamos acima, no que se refere à definição do denominador, na relação renda per capita. O estudo de 1957, contabilizando o produto *per capita* de 55 paises (1952-54) levanta a seguinte objeção:

> "a problem of particular importance confronting the less developed countries in estimating their national product arises from the existence of a substantial non-monetized economy. When only a part oh the total output of goods and services of a country is traded at the market is necessary for national income purposes to estimate that part which is produced outside the monetary sphere"[14]

A referência a tais problemas de definição torna-se usual na jovem "economia do desenvolvimento". Vejamos alguns deles.

O mencionado estudo de Buchanan e Ellis (*Approaches to economic development*) , por exemplo, adverte:

> "Special Difficulties of Computation... particularly acute in the case of the underdeveloped countries. Perhaps the worst stumbling block is the fact that in many underdeveloped areas

---

[12] Kendrick, John W. –"The historical development of national-income accounts ", in *History of Political Economy*, vol. 2, n. 2, 1970.

[13] Colin G. Clark compilou o primeiro conjunto de dados sistematizando as contas nacionais do Reino Unido. Em seguida, procurou fazer esse tipo de trabalho em escala internacional, publicando, em 1939, o famoso *Conditions of Economic Growth* . Entre muitas outras idéias que colocou em circulação ou propagou, estava a que mostrava a distancia entre paises desenvolvidos (europeus, sobretudo) e o restante do mundo.

[14] Apud Higgins. Benjamin – *Economic Development* - principles, problemas and policies, W.W. Norton, N.York, 1959, p. 8

> so much of "production" and "consumption" occurs wholly outside the market economy and therefore cannot be interpreted according to the usual principles of valuation and exchange. Economic activity is often almost indistinguishable from social behavior in general. In developed countries, the services of housewives may legitimately be excluded in reckoning national income. But if the wives sow, cultivate and harvest the entire food supply, exclusion of their services is surely absurd. Apparently, too, in some underdeveloped regions -- China, for example -- income in kind" and services rendered gratis are exceedingly common. These are not easily valued and totaled." (p. 17)

Em coletânea organizada por Irma Adelman em 1964 -- *Desenvolvimento econômico* - análise geral e doze estudos de diferentes economias -- .encontramos ressalva similar, a preceder os estudos comparativos: em toda sociedade, a comunidade trabalha em algumas atividades não monetarizadas e que, no entanto, contribuem para sua sobrevivência e seu bem estar. Quais destas são incluídas nas contas nacionais? Serviços das casas ocupadas por seus proprietários? Serviços de bens duráveis e capital invertido em obras sociais? Quais outros?

Uma famosa antologia escolar organizada pelo já mencionado Gerald M. Meier[15] lembra que comparações de níveis de renda entre paises são difíceis e problemáticas quando.feitas através da conversão de rendas em uma moeda comum – dólares americanos, p.ex – e utilizando taxas de cambio oficiais. Estas taxas podem não refletir o poder de compra relativo das moedas. O risco de erro é ainda mais forte, adverte Meier, quando entram na comparação os paises pobres. O cálculo das PPP – purchasing power parities -- é um modo de diminuir a distorção.

A questão aparece ainda no próprio Simon Kuznetz , quando chamado a resolver o problema proposto por uma conferência da ONU em 1954: " comparar a situação atual dos paises subdesenvolvidos com a situação anterior dos paises mais adiantados, dando especial ênfase aos fatores que parecem ser cruciais no que se refere às potencialidades de desenvolvimento"[16]. A investigação de Kuznets mostra como são diferentes (no significado e na medida de suas potencialidades) objetos aparentemente similares, quando postos em situações desiguais. Kuznetz recomenda muito cuidado com tais comparações, projeções e medidas.

---

[15] *Leading Issues in Economic Development*, Oxford University Press, 1995.

[16] O que resultou em seu conhecido artigo, do mesmo ano – "Os paises subdesenvolvidos e a fase pré-industrial nos paises avançados", e reimpresso no volume organizado por Agarwala e Singh (*Economia do Subdesenvolvimento*, ed. cit.)

Como se pode perceber por esta breve nota, não eram poucos nem pequenos os problemas de identidade e procedimento, para a jovem disciplina. E essas dificuldades teriam implicações políticas enormes, até em dilemas mais ou menos prosaicos. Depende da forma de medir (e de conceituar o que se mede), por exemplo, a resposta a questões como esta: O que é melhor, comprar sementes ou produzi-las? Bem, depende do prazo, do projeto de desenvolvimento, do "end-state" visado, do contexto, enfim, em que se faz esta conta e se processa a leitura, aparentemente tão simples e transparente, do sistema de preços relativos.

Assim, a reflexão dos economistas sobre a superação do subdesenvolvimento precisou enfrentar duas grandes dificuldades, relacionadas a dois eixos decisivos para caracterizar o estado visto como alvo (o desenvolvimento): a) a medida do crescimento da riqueza; b) a medida da sua divisão nos diferentes setores e ramos de atividade. Em ambos, o problema crucial estava na interação estreita entre o conceito e o indicador. O modo como se visa o futuro e se conceitua valor e riqueza condiciona a fabricação dos instrumentos que possam medi-los e julgá-los. Por outro lado, o instrumento (disponível ou imaginável como tal) delimita a natureza daquilo que se mede e, desse modo, constrói o objeto.

Buchanan & Ellis, Meier & Baldwin, Kindleberger, Adelman – a sabedoria convencional nos manuais da profissão.

Conforme adiantamos, em 1951, o Twentyeth Century Fund encomendara a Norman Buchanan e Howard S. Ellis um estudo sobre o desenvolvimento econômico. Dessa investigação resultou o livro *Approaches to economic Development*, publicado em 1955.

As perguntas centrais da investigação eram estas:

> Why, and how, does economic development take place? What are the factors --social, political and cultural, as well as economic -- that promote, or inhibit, a nation's capacity to achieve a better life for its citizens?[17]

Demandava-se ainda a identificação dos fatores que promoveriam ou impediriam essa passagem, de modo a descobrir "to what extent can the economic development of the underdeveloped regions be accelerated by 'importing' techniques and capital from the developed countries".

[17] As frases são da apresentação, assinada pelo diretor-executivo do TCF, J. F. Dewhurst.

Os objetivos eram, portanto, os de ajudar a definir uma política norte-americana para reformar os paises do terceiro mundo, empurrando-os para o caminho do progresso. Nada de surpreendente e nada que não comportasse muitas e seguidas (ainda que variáveis) repetições. Afinal, insistimos, temos por um lado a emergência das nações jovens, fruto do processo de descolonização da pós-guerra e, por outro, a afirmação dos EUA como potência hegemônica,. Confrontando esta combinação com a fragilidade das nações européias (antigas matrizes dessas jovens nações), pode-se explicar, em boa medida, a tentativa norte-americana de manter os novos estados, de modo seguro e estável , na sua área de influencia – e desse modo impedir que caíssem na órbita soviética.

Assim surgiria aquilo que se convencionou chamar de Teoria da Modernização, um extraordinário montante de reflexões que buscavam caracterizar o estado de subdesenvolvimento e os modos de supera-lo. Naquele arrazoado, trata-se de administrar o difícil e perigoso período de "transição" entre o tradicional e o moderno, delicado intervalo, em que os determinantes da velha ordem já se desintegraram e os que garantiriam a nova ordem ainda não se consolidaram.

Marion Levy diz que a modernização é um "universal social solvent". A metáfora ecoa, talvez sem o desejar, aquela empregada por Marx e Engels, para caracterizar a expansão capitalista como agente destruidor das relações feudais: tudo que é sólido se desmancha no ar. Mas, não se trata de um puro solvente – a metáfora tem limites. A modernização desmancha o desenho da velha ordem com o simultâneo engendramento de um novo quadro – novas relações e laços sociais, novos costumes, valores, sentimentos, idéias e imagens de mundo. Sem esta substituição, correr-se-ia o risco de que o vazio fosse ocupado pela versão degenerada do "moderno", tal como essa figura aparece em muitos autores desse campo: o comunismo.[18]

---

[18] "Essas manifestações da interdependência mundial sem unidade mundial, em quaisquer dos sentidos ordinários de valores comuns ou de integração social, servem como sérias advertências de que as mudanças que já atingiram e às vezes já engolfaram áreas outrora coloniais ou, sob outros aspectos, estagnadas, não são, necessariamente, benignas. A independência política é, por direito, atraente, e a competição pela influência, sobretudo aquela entre os países comunistas e o Ocidente, deu tonalidades claramente militares à medida da assistência técnica. Entretanto, a impaciência dos dirigentes das novas nações ou outros regimes pós-revolucionários por renovar a economia também é notável. E quaisquer que sejam os motivos políticos ulteriores das grandes potências competidoras, quando abertamente oferecem ou quando lastimosamente lhes solicitam capital e ajuda técnica, elas também oferecem doutrinas antagônicas de desenvolvimento econômico aos recipientes. A existência dessas doutrinas tem conseqüências importantes para a análise social, bem como para o grande mundo dos negócios. As diferenças doutrinárias implicam uma diversidade de caminhos e, possivelmente, de fins certos na maneira pela qual um pais se moderniza." Wilbert E. Moore – *O impacto da industria* –modernização de sociedades tradicionais. Ed. Zahar, RJ, 1968, p. 20

A teoria da Modernização nasceu assim. E redundou em uma produção notada e deliberadamente normativa, no aconselhamento de reformas estruturais que deveriam ser introduzidas – por diferentes maneiras, aquelas que fossem possíveis—no Terceiro Mundo.

Pode-se dizer, repetindo a licença algo anacrônica, que a teoria da modernização constituiu, naquele momento, um certo "consenso em Washington", ou aquilo que se tinha como certo, no centro do mundo, sobre o caminho que deveriam seguir os paises subdesenvolvidos, para alavancar o crescimento auto-sustentado e o progresso político e social. A tentação da frase anacrônica é ampliada quando, a propósito das limitações do "universal social solvent", lemos o depoimento de Eugene Black, o terceiro presidente do World Bank (1949-1962) já no início dos anos 1960, em livro que no Brasil foi traduzido como *A política do desenvolvimento econômico*, mas que teria seu sentido definido mais fielmente pelo titulo original: *The diplomacy of economic development*. [19]

Black define a política (ou a diplomacia...) do desenvolvimento econômico como "modo de assegurar as vantagens concernentes ao desenvolvimento, sem despertar demasiada hostilidade". Demasiada, destaque-se, porque alguma reação negativa deveria suscitar, uma vez que, como Black lembra mais adiante:

> "A tragédia é que o impacto da ciência e da técnica modernas tornaram antiquados, ultrapassados os seus usos tradicionais, sem que todavia lhes tenham oferecido uma alternativa tolerável" (p. 24).

O solvente universal não produziu novo desenho da ordem, adverte Black. Nesse caso, papel decisivo caberia aos lideres dos paises subdesenvolvidos, estes "novos condutores de povos", para administrar a passagem e evitar que seus seguidores caíssem na tentação comunista (p. 29)

Buchanan e Ellis também temiam esse tipo de desdobramento, como reconhece a apresentação de seu livro, assinado pelo diretor-executivo do TCF, J. F. Dewhurst:

> "They are well aware of the insistent pressures that surround us today. They see the vast stirring of underprivileged peoples. They recognize that unless the free nations of the world can offer some sympathetic help and guidance, large and critical segments or mankind may succumb to the false and facile lures of the Marxist conspiracy and thus participate in their own betrayal and add to the free world's peril. "

No corpo do texto, B&E insistem sobre esse aspecto, para enfatizar a necessidade de uma vigorosa e clara política norte-americana, que enfrentasse o problema do subdesenvolvimento. Mas,

lembram também outra razão, que aliás era muito conhecida e reconhecida pelo governo americano desde pelo menos os trabalhos da Comissão Paley, no início dos anos 1950: a crescente dependência de importação de bens essenciais, para a economia e para a segurança norte-americana [20]

Aqui, ainda que de modo breve, é necessário introduzir um parêntese a respeito das motivações da ajuda externa norte-americana. Nos dilemas relativos à motivação dessa ajuda – altruísta ou egoísta? humanitária ou interessada? pragmática ou principista? – coube um papel decisivo ao reconhecimento, pela elite daquele pais, de uma realidade de duas faces inseparáveis: o novo papel dos EUA no cenário internacional e, não menos importante, o cenário internacional na definição dos futuro americano. Depois da afirmação do Ponto IV, Truman encomendou ao International Development Advisory Board, presidido por Nelson A. Rockfeller, um relatório que detalhasse as formas de aplicação do programa. Entre a solicitação e a emissão do relatório – o *Partners in Progress*[21] -- começa a Guerra da Coréia, cuja importância, para a definição das recomendações, é apontada pelo comitê logo no início do documento.

Alguns anos depois, em janeiro de 1953, no seu discurso de posse, Eisenhower batia na mesma tecla, isto é, na determinação recíproca que se estabelece entre o papel dos EUA no mundo e o papel do mundo na definição do futuro americano :

> "Nós sabemos. . . que estamos ligados a todos os povos livres não só por uma idéia nobre, mas por uma necessidade simples. Nenhum povo livre pode, durante muito tempo, apegar-se a qualquer privilégio ou gozar de segurança em solidão econômica. Apesar de todo nosso poderio material, até nós precisamos de mercados para os excedentes de nossas fazendas e fábricas. Precisamos, igualmente, para essas mesmas fábricas e fazendas, de materiais vitais e produtos de terras distantes. Essa lei básica de interdependência, tão manifesta no comercio da paz, aplica-se com intensidade multiplicadas vezes na eventualidade de uma guerra" (citado a partir de Harry Magdoff, A era do imperialismo – a economia da política externa dos Estados Unidos, ed. Hucitec, S.Paulo, 1978, p. 218-219)

Reconstrução da Europa e do Japão, desenvolvimento e estabilidade no Terceiro Mundo – tudo isso é parte fundamental do interesse americano. E, no reverso da medalha, o interesse americano é

---

[19] Black, Eugene – *A politica do desenvolvimento econômico*, ed. Fundo de Cultura, R.Janeiro, 1962.
[20] Sobre esse espinhoso problema, a Comissão Paley (President's Materials Policy Commission) produziria, em 1952, um estudo em vários volumes - *Resources for Freedon*.
[21] *Partners in Progres* – a Report to Presidente Truman by the International Development Advisory Board, Simon and Schuster Publishers, 1951.

fator decisivo na forma pela qual se reconstruiria o mundo desenvolvimento e se reformaria o mundo subdesenvolvido.

Feche-se o parêntese e destaque-se, também, no estudo de Buchanan e Ellis, a sua afirmação do "caminho" canônico e do modelo a ser perseguido pelos paises em desenvolvimento:

> If these countries should develop - as many appear determined to do - the ensuing changes will probably not be wholly different from those which have brought about improvement of material welfare in the western world. This is not to say that the underdeveloped countries must repeat altogether the recent economic history of Western societies. The task may be easier and the time span shorter. But it is unlikely that the changes will be wholly different in character or that the dislocations, adjustments and adaptations which the developed countries have experienced can be altogether avoided..(p. 5)

Como vemos, portanto, a partir desse momento, metade dos anos 1950, a jovem disciplina (ou subdisciplina) lutava para construir sua identidade e enfrentava problemas típicos da infância ou adolescência: método e instrumentos de medida, definição de objetos, afirmação de axiomas. E, para expor suas dúvidas e achados, produziria livros-texto e manuais de ensino. W.A. Lewis, importante consultor da ONU para a redação de documentos sobre o subdesenvolvimento, dizia que desde o Principles de Mill, de 1844, nada de sistemático e abrangente fora feito na área. E encarava o desafio de faze-lo: publicava seu *Theory of Economic Growth* em 1954. Outros manuais e livros-texto surgem. Vejamos, então, inicialmente, três deles, escritos por importantes nomes da profissão: 1. Gerald Meier e Robert Baldwin; 2. Charles Kindleberger; 3. Irma Adelman.

Meier, Baldwin, Kindleberger, Adelman – os livros-texto e as aporias da apresentação canônica do subdesenvolvimento

Os manuais produzidos por esses economistas sintetizam, em grande medida, a sabedoria convencional da profissão, na década de 1950. "Sintetizam" talvez não seja um termo preciso e justo, para estudos tão detalhados, compreensivos, volumosos. Contudo, tomaremos aqui dois ou três aspectos que nos interessam mais de perto, conforme o que acima se disse.

Principiemos por Meier e Baldwin, que pretendem, desde logo, enunciar um cuidado na caracterização do subdesenvolvimento: "A economia de um país pobre também pode ser considerada como subdesenvolvida, quando possui recursos naturais que se encontram subdesenvolvidos", dizem.

A frase procura definir de qual pobreza se fala: “a utilidade dos recursos depende do conhecimento técnico, das condições da demanda e das novas descobertas”. Não se trata de uma avaliação de riqueza morta ou para sempre definida, mas daquela que depende da mão e do olhar humanos. A diferença é importante, do ponto de vista descritivo. Mas, resulta em diferenças também marcantes quando dai se deduz o que fazer (o elemento prático-normativo, ou, se quisermos, a política do desenvolvimento), já que “a escassez relativa de alguns recursos naturais irreproduzíveis tem sido superada por uma variação da técnica ou a sua substituição por um novo recurso”. Por isso, resumem nossos autores,

> “em vez de afirmarmos que os países pobres são inexoravelmente deficientes em recursos naturais, é mais razoável que digamos que eles são pobres porque ainda não foram bem sucedidos em superar a escassez de recursos naturais por meio de variações da técnica e de organização social e econômica. (pp. 375-376)

Notemos que, de fato, não se trata de qualquer pobreza. A rigor, aliás, não se trata de pobreza. Trata-se de determinado tipo de atraso, a incapacidade de articular meios e fins. Daí se pode compreender a lista de manifestações peculiares desse “atraso”, manifestações que deslizam do terreno estritamente econômico para o social:

> “ a baixa eficiência de trabalho, a imobilidade dos fatores, a limitada especialização em ocupações e no comercio, a falta de uma classe empresarial, a ignorância dos problemas econômicos e uma estrutura de valores e uma estrutura social que minimizam os incentivos à variação econômica” (p. 378)

O problema e -- importante -- <u>também a solução</u> colocam-se muito além do terreno estritamente econômico. A esse respeito, os grifos, nossos, no texto abaixo, de Meier e Baldwin, falam por si mesmos:

“Em geral, os problemas econômicos do desenvolvimento são relativamente simples quando comparados com os mais profundos e amplos problemas sociológicos relativos às instituições e aos padrões culturais dos países pobres, ao mesmo tempo que estes adquirem novos desejos e os meios de obtê-los. <u>Não apenas deve a organização econômica ser transformada, mas também modificada a organização social</u> - representada por importantes instituições como castas, a família unida, a aldeia rural, a igreja e a escola - <u>de tal forma que o complexo básico de valores e motivações possa ser mais favorável para o desenvolvimento</u>. Deste modo, os requisitos para o desenvolvimento implicam em variações e modificações econômicas e culturais. 0 problema fundamental, provavelmente, será não apenas que grau e intensidade de variação econômica poderá a economia absorver, mas, ao contrário,

que intensidade de modificações culturais poderá o povo atrasado aceitar e com que rapidez." (p. 463-464, grifos nossos)

O segundo manual que mencionamos, o de Kindleberger, é igualmente amplo e detalhado, como um curso acadêmico de longa duração sobre a teoria e a política do desenvolvimento. O tema distintivo que nos interessa, porém, é aquele enunciado logo na abertura do curso, nos seus dois primeiros capítulos. O primeiro deles, aliás, já o diz no título: "Crescimento e desenvolvimento econômico". O tema é a diferença entre essas duas coisas: não podemos, alerta CK, limitar nosso olhar ao exame de fenômenos como produto e produtividade maiores, mas estendê-lo até as "mudanças na estrutura da produção e na alocação de insumo por setores" (p. 1).

O capitulo 2 vai um passo além, ainda, na caracterização da mudança requerida para o desenvolvimento e, como decorrência, volta-se para os "aspectos não econômicos do desenvolvimento econômico". Nesse sentido, acentua a importância decisiva das estruturas sociais para viabilizar e modelar (condicionar, em suma) o desenvolvimento econômico, entendido este, repetimos, como "crescimento + transformações estruturais". Também aqui, este movimento, como se sabe e já comentamos, envolve o retorno da *economics* para seu leito de nascedouro, a economia política..

Há outro traço interessante, no texto de CK, para as conexões que pretendemos evidenciar. É a seqüência lógica desse reconhecimento dos "aspectos não econômicos": o capítulo culmina com uma referencia reverente a Parsons e a seu discípulo Marion Levy. Este último, aliás, em grande medida, tem a responsabilidade de trazer os modelos analíticos de Parsons para o exame da "modernização" dos paises subdesenvolvidos. Mais uma vez, como se tornará repetitivo *ad nauseam*, na história da "teoria da modernização" dominante no período que examinamos, o centro de atenções é o modelo parsoniano de variáveis dicotômicas (tradicional versus moderno).

Cito CK, ainda que longamente:

> "Parsons e Levy demonstraram que as relações de um indivíduo com a sociedade em que vive diferem em várias dimensões, das quais as mais significativas compreendem percepção, associação e relações essenciais. A percepção ou maneira pela qual o indivíduo interpreta o mundo físico que o rodeia, tende a mudar do irracional para o racional, à medida que as sociedades se desenvolvem, ou da superstição para a razão. Em termos de associação, o desenvolvimento traz consigo uma mudança do particularismo (ou, na linguagem de Parsons, atribuição) para a universalidade (ou realização). De acordo com o primeiro, os papéis na sociedade são escolhidos conforme a família do indivíduo, sua

> religião, casta e renda; de acordo com o segundo, a escolha se faz com base na capacidade de desempenhar um determinado papel. As relações essenciais variam desde as difusas, nas quais os limites das obrigações das pessoas para com os semelhantes são muito fluidos, até as específicas, em que os limites são definidos, sob forma de contratos."[22]

De Parsons e Levy, CK deduz uma sentença que parece adotar como conclusiva para julgar, ao mesmo tempo, o caminho e a meta de uma política que promova o desenvolvimento: "Para que haja desenvolvimento econômico são necessárias, em grau considerável, racionalidade na percepção, universalidade na associação e especificidade nas relações" (p. 22)

A essa percepção, CK, aduz uma outra, que, na época, entre os economistas, estava sendo amplamente explorada por E.Hagen[23]. Diz respeito aos atores e grupos sociais estratégicos na geração e condução desse processo:

> "os grupos que desempenham papel importante no desenvolvimento econômico (...) têm em comum não tanto a natureza de suas crenças, mas, sim, o fato de serem grupos 'marginais' que sublimaram sua insegurança social através da realização econômica" (pp. 37-38)

Juntemos esses elementos – a temática parsoniana do tradicional/moderno e a identificação desse indispensáveis e estratégicos demiurgos *ex-machina*, adormecidos ou ausentes, mas eventualmente introdutíveis de fora para dentro. Com esse quadro, é quase inevitável o apelo a uma "teoria da modernização" mais ampla do que a teoria econômica estrito-senso.

Reencontramos esse encadeamento lógico também no outro livro-texto que mencionamos, a coletânea organizada por Irma Adelman[24]. Trata-se de uma importante reunião de estudos sobre doze países, precedidos de um ensaio preliminar a respeito dos "Determinantes do desenvolvimento econômico"[25]. Entre esses determinantes, estão os recursos naturais e humanos, o capital, a tecnologia e

---

[22] O estudo de Parsons e Shils citado por Klindeberger é: T*oward a General Theorv of Action*, de 1951. De M. J. Levy, *The Structure of Society*, de 1951.

[23] E. E. Hagen resumiu esse argumento em "How Economic Growth Begins", publicado no The Public Opinion Quarterly em setembro de 1958. Edição brasileira pode ser encontrada em coletânea organizada por L.A. Costa Pinto e W. Bazzanella: *Teoria do Desenvolvimento*, ed. Zahar, R. Janeiro, 1867.

[24] Adelman, Irma, Pepelasis, Adamantios e Mears, Leon – *Desenvolvimiento económico* – análisis general y doce estudios de diferentes economias, ed. F. Trillas, Mexico, 1964.

[25] O ensaio sobre o Brasil é escrito por Celso Furtado.

a função do empresário. O ensaio examina, então, os "fatores sociais e culturais" e culmina... com o apelo às variáveis padrão dicotômicas de Parsons. (pp. 171-172)

Anos mais tarde, Wilbert Moore, arguta e inquieta testemunha ocular da história, iria oferecer um útil resumo desse enredo:

> "A expressão desenvolvimento econômico significa mudança estrutural além do simples aumento em produção. 0 desenvolvimento traz consigo o estabelecimento ou a recomposição dos mecanismos fiscal, financeiro e fiduciário. Implica mudanças institucionais no sentido preciso de alterações nas leis e em outras regras de conduta, mudanças organizacionais na administração da produção e distribuição e, cedo ou tarde, alterações no estabelecimento, definição e motivação da atividade econômica."[26] (p. 16)

Retifiquemos: mais do que testemunha, Moore era ator relevante, Como vários dos intelectuais que estamos a examinar neste texto, operava não apenas como estudioso, mas como auxiliar na definição de políticas para a ação exterior dos EUA, constituindo, por assim dizer, parte do fenômeno que ele próprio identificara, nas motivações desse campo de conhecimentos e na extensão de seus objetos de estudo:

> "Até o fim da Segunda Guerra Mundial, os estudos mostravam pouco interesse pela transformação social que ocorria nas áreas economicamente subdesenvolvidas ou em desenvolvimento(...) uma fonte básica do comprometimento mais recente do interesse dos estudiosos nas 'áreas subdesenvolvidas' tem sido estranha à comunidade acadêmica, originando-se mais propriamente das necessidades de conselhos sobre a política social. Os funcionários públicos responsáveis, nessas áreas, têm procurado uma transformação econômica rápida, empenhando-se em varias medidas oficiais para alcança-la. Essas medidas incluem a obtenção de vários tipos e formas de "assistência técnica", tanto através das Nações Unidas e dos seus departamentos especializados, como também dos programas nacionais de assistência como, por exemplo, os dos governos metropolitanos com respeito aos territórios coloniais ou associados, e os do "Ponto Quatro" e departamentos sucessores do governo dos Estados Unidos" [27](pp. 7-8)

---

[26] Wilbert E. Moore – *O impacto da industria* –modernização de sociedades tradicionais. Ed. Zahar, RJ, 1968, p. 16 (o original é de 1965)

[27] Moore, W. – op. cit, pp. 7-8.

Considerações quase finais

Os economistas cujos livros-texto comentamos – Buchanan, Ellis, Meier, Baldwin, Kindleberger -- tinham tudo, na sua formação, para aceitar a ortodoxa sintonia de sua análise com os padrões consagrados na formula de Lionel Robbins (1932): o problema da sua ciência é definir, de modo mais eficiente, a alocação de recursos escassos entre fins alternativos.

Contudo, o desafio do desenvolvimento -- e do desenvolvimento das nações "atrasadas", em especial – exige bem mais do que isso. Exige intervir sobre a própria definição dos fins e sobre os ambientes que os constituem. Exige também a intervenção sobre a definição dos recursos e de sua escassez, ou seja, sobre a possibilidade de transformar em recursos aqueles materiais que antes não apareciam nesta forma, inclusive um material singular: gente disfarçadamente desempregada ou disfarçadamente empregada. Consideradas essas duas dimensões do cálculo – recursos, fins –, o que temos aí é o problema do engendramento de empreendedores, de instituições e de atitudes de inovação.

Se a ciência econômica for mantida nesses limites da profissão, a complexidade do objeto exige o apelo a ciências complementares, para compor uma teoria mais abrangente da mudança possível e necessária. A outra alternativa seria expandir bastante e ainda mais o próprio escopo da *economics*, admitindo, como faziam outras correntes e autores, também estudiosos do desenvolvimento, o "elemento político da teoria econômica"[28]. A "teoria da modernização" surge, portanto, como coadjuvante necessário da economia do desenvolvimento. Mas, esse é um tema que nos levaria bem adiante do que pudemos chegar neste estudo.

Bibliografia utilizada

Adelman, Irma, Pepelasis, Adamantios e Mears, Leon – *Desenvolvimiento económico* – análisis general y doce estudios de diferentes economias, ed. F. Trillas, Mexico, 1964.

Agarwala, A. N. e Singh, S. (org.). - *A economia do subdesenvolvimento*. Forense, Rio de Janeiro, 1969. (edição original: Oxford University Press, 1958)

Almond, G. e Coleman, S. s. (eds.) - *A política das áreas em desenvolvimento*, ed. Livraria Freitas

Arndt, H. W. - "Economic development: A semantic history". *Economic development and cultural change. Vol.* 29, n." 3, abril, 1981

[28] A expressão entre aspas remete, deliberadamente, ao trabalho de um desses economistas, Gunnar Myrdal - *The Political Element in the Development of Economic Theory* (edição inglesa de 1952, sueca e alemã, de 1932). Ao seu lado, com relação à atitude referida no parágrafo acima, colocaríamos, por exemplo, Albert Hirschman, Alexander Gerschenkron, Hans Singer, os cepalinos.

Arndt, H.W - *Economic Development: The History of an Idea,* University of Chicago Press: Chicago, 1987

Baran, P. A. - *The political economy of growth.* Monthly Review Press, N. York, 1957

Baran, Paul A. "Economia política do subdesenvolvimento" in: Agarwala e Singh, *op. cit.* pp. 83-98.

Black, Eugene – *A politica do desenvolvimento economico*, ed. Fundo de Cultura, R.Janeiro, 1962.

Breit, William e Rober W. Spencer (eds) - *Lives of the Laureates* – Thirteen Nobel Economists, ed. by MIT Press, Cambridge-Ma, 1995.

Buchanan, Norman S. e Ellis, Howard S. – *Approaches to economic development*, ed. The Twentyeth Century Fund, NY, 1955.

Clark, Colin – *Las Condiciones del ProgresoEconómico*, Alianza, Editorial, Madrid, 1980, 2. vs.

Costa Pinto, L. A. e W. Bazzanella: *Teoria do Desenvolvimento*, ed. Zahar, R. Janeiro, 1867.

Ellis, H. e Wallich, H. (org). - *Desenvolvimento Econômico para a América Latina* (ed. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1961).

Engerman, David, Gilman, Nils, Haefele, Mark e Latham, Michael – *Staging Growth* – modernization, development, and the global cold war, University of Massachusetts Press, Amherst e Boston, 2003.

Escobar, Arturo – *Encountering development* – the making and unmaking of the Thir World, Pricenton University Press, 1995

Foster-Carter, A. (1976): "From Rostow to Gunder Frank: Conflicting paradigms in the analysis of underdevelopment". *World Development.* Vol. 4n n." 3w marzo, pp. 167-180.

Gayl D. (ED) – *The sociology of economic development* – a reader, ed, Harper & Row, NY/London, 1970

Gendzier, Irene L. – *Managing Political Change* – social scientists and the Third World, Westviw Press, Boulder and London, 1985;

Gerschenkron , Alexander – "Economic Backwardness in historical perspective", in Hoselitz, Bert – *The progress of underdeveloped Areas* (Univ. Chicago Press, 1952).

Gillis, M.; Perkins, D. H., Roemer, M.e Snodgrass, D. R. -- *Economics of developmen,* Norton, N. York, 1992.

Gilman, Nils - *Mandarins of the Future* - Modernization Theory in Cold War America, Johns Hopkins University Press, Baltimore and London, 2003;

Goulet, Denis, - 'Development: Creator and Destroyer of Values', *World Development,* vol. 20, no. 3, 1992

Gusdorf, George - La Révolution Galiléenne, ed. Payot, Paris, 1969, tome II.

Harris, Nigel, -- *The End of the Third World: Newly Industrializing Countrzes and the Decline of an Ideology,* Penguin: Harmondsworth, 1987

Hegel, G.W. - *Principes de la Philosophie du Droit ou Droit Naturel et Science de l'État en Abrégé*, ed. J. Vrin, Paris, 1989 (trad. R. Derathé)

Higgins, B. -- *Economic development. Principles, problems and policies.* Norton, N. York , 1959.

Hirschman - *A moral secreta do economista*, ed. Unesp, S. Paulo, 2003

Hirschman - *Auto-subversão* – teorias consagradas em xeque, ed. Companhia das Letras, S. Paulo, 1996.

Hirschman, A. O. -- *Essays in trespassing: Economics to politics and beyond.* Cambridge University Press, Cambridge, 1981

Hirschman, Albert O. -- A economia política do desenvolvimento latino-americano -- sete exercícios de retrospecção -- *Revista Brasileria de Ciencias Sociais* -- 1987 -- fevereiro -- 1 – 3

Hoselitz, Bert – *Aspectos Sociológicos do Crescimento Econômico*, ed. Fundo de Cultura, R. Janeiro, e S.Paulo, 1964.

Hoselitz, Bert (ed.) - *The progress of underdeveloped areas*, University of Chicago Press, 1962.

Hoselitz, Bert (org.) *Teorias del crescimento economico*, Mexico, Herrero Hermano, 1964.

Hoselitz, Bert - Principais conceitos da analise das repercussoes da transformação tecnica, in Hosetliz, Bert e Moore, Wilbert (org), 1966

Hosetliz, Bert e Moore, Wilbert (org) A sociedade tecnologica – implicações sociais da industrialização comm o advento de tecnicas modernas, ed. Lidador, R.janeiro, 1966, 2. vs..

Inkeles, Alex . – A modernização do homem, in Weiner, Myron (ed), 1969.

Inkeles, Alex – Making Men Modern: On the Causes and Consequences of Individual Change in Six Developing Countries, in *American Journal of Sociology*, v. 75, n.2, sept. 1969.

Inkeles, Alex – *Becoming Modern*: Individual Change in Six Developing Countries, Harvard Univ. Press,

Kay, C. -- *Latin American theories of development and underdevelopment.* Routledgev Londres. 1989

Kendrick, John W. –"The historical development of national-income accounts ", in *History of Political Economy*, vol. 2, n. 2, 1970.

Kindleberger, Charles P. – *Desenvolvimento economico*, ed. McGraw-Hill do Brasill, 1976, S.Paulo

Kuznets, Simon – *Aspectos quantitativos do desenvolvimento econômico*, ed. Forense, S.Paulo, 1970 (O original é de 1959: Six Lectures on Economic Growth).

Kuznets, Simon. "Os países subdesenvolvidos e a fase pré-industrial nos países avançados - uma tentativa de comparação", in Agarwala e Singh, *op. cit*.

Latham, Michael E. – *Modernization as ideology* – American Social Science and "Nation Building" in the Kennedy Era, University of North Carolina Press, Chapel Hill, 2000;

Leibenstein, Harvey – *Economic Backwardness and Economic Growth*, NY, Wiley, 1957

Lerner, Daniel – *The Passing of Traditional Society* – Modernizinf the Middle East, The Free Press, N.York, 1958.

Levy Jr., Marion J. – *Modernization: latecomers and survivors*, ed. Basic Books, N.York/London, 1972., p. 12)

Lewis, W.A. - "O desenvolvimento economico com oferta ilimitada de mao de obra", reimpresso em Agarwala, A. N. e Singh, S.P. (eds), 1969.

Lewis. W.A. -- *A Teoria do Desenvolvimento Economico*, Zahar ed., R.Janeiro, 1960, p. 207.

MacMillan, Harold - "An Economic Pogramme for Conservatives", in *The Middle Way*, London, 1938, reimpresso em Buck, Phillip (ed.) – *How Conservatives Think*, Penguin Books, Harmondsworth, 1975.

McClelland, David C. – O Impulso para a modernização, in Weiner, Myron (ed), 1969.

McClelland, David C. – O inventivo do exito pesoal e seu papel no crescimento economico, in Hosetliz, Bert e Moore, Wilbert (org), 1966.

Mehmet, O. -- *Westernizing the Third World. The eurocentricity of economic development theorles.* Routledgef I.ondres, 1995.

Mehta, Uday S. - "Liberal Strategies of exclusion", in *Politcs & Society*, vol 18, n. 4, 1990,december.

Meier, G. M. (ed.) - *From classical economics to development economics,* MacMillan, Londres., 1994

Meier, G. M. (ed.) -- *Pioneers in development. Second series,* The World Bank, Washington D.C., 1987

Meier, G. M.e Raldwin, R. E. – *Desenvolvimento econômico* – teoria, história, política, Ed. M<estre Jou, São Paulo, 1968.

Meier, G. M.e Seers, D. -- *Pioneers in Development,* Oxford University Press, N. York , 1984.

Meier, Gerald M. e Baldwin, Robert E. – Desenovilvimento eocnomico – teoria, historia, politica, ed. Mestre Jou, S.Paiulo, 1968

Meier, Gerald M., ed., - *Leading Issues in Economic Development,* Oxford University Press: New York, 1976

Mill, John Stuart - *Princípios de Economia Política*, São Paulo, Abril Cultural, l983,

Millikan, Max e Blackmer, Donald - *Nações em Desenvolvimento*, ed. Fundo de Cultura, R.Janeiro, 1963

Moore, Wilbert E. – *O impacto da industria* –modernização de sociedades tradicionais. Ed. Zahar, RJ, 1968, p. 16

Myint, Hla – "Uma interpretação do atraso economico", in Agarwala, A. N. e Singh, S.P. (eds), op. cit.

Myrdal, G. – *Une économie internationale*, PUF, Paris, 1958.

Myrdal, Gunnar. -*Aspectos políticos da teoria econômica*, Rio de Janeiro, Zahar, 1962

Nurkse, Ragnar - "A formação de capital em países subdesenvolvidos", in: *Revista Brasileira de Economia*, ano 5, n. 4, dezembro/1951.

Nurkse, Ragnar. - "Alguns aspectos internacionais do desenvolvimento econômico", in: Agarwala e Singh. (org.), *op. cit*.

O'Brien. Donal Cruise – Modernization, Order, and the erosion of a democratic ideal: american political science 1960-70, *The Journal of Development Studies*, v. 8, n. 4, july 1972.

ONU (Secretariado) - "Relações de troca post-guerra entre países subdesenvolvidos e países industrializados" (*Revista Brasileira de Economia*, ano 3, n. 3, setembro/1949).

Pletsch, C. – The Three worlds, or the division of social scientific labor, circa 1950-1975 - in Corbridge Stuart (ed) – *Development – Critical concepts in the social sciences*, Routledge, London and N.York,, v. I

Potter, David M. – *A riqueza econômica e os seus efeitos*, ed. Fundo de Cultura, R. Janeiro, 1965.

Pye, Lucian W. – *Politics, Personality, and Nation Building*: Burma's Search for Identity, Yale Univ. Press, N.Haven e London, 1962

Pye, Lucian W. e Sidney Verba (eds) – *Political Culture and Political Development*, Princeton University Press, 1965.

Riesman, David (com Nathan Glazer e Reuel Denney) – *A Multidão Solitária* – um estudo da mudança do caráter americano, ed. Perspectiva. S.Paulo, 1971

Rist, Gilbert – *The History of Development* – from Western Origins to Global Faith, ed. Zed Books, London e N. York, 1997

Rosenstein-Rodan, P.N. - "Notas sobre a teoria do grande impulso", in Ellis, H. Wallich, H. - *Desenvolvimento econômico para a América Latina*, ed. Fundo de Cultura, R. Janeiro, 1961

Rosenstein-Rodan, P.N. – "Problemas de industrialziação da Euyropa Oriental e sul-oriental", in Agarwala e Singh, op. cit.

Rostow, W.W. "A decolagem para o desenvolvimento auto-sustentado", reimpresso em Agarwala e Singh , op. cit.

Rostow, W.W. - *Etapas do Desenvolvimento Economico* (um manifesto não comunista), Zahar, R.janeiro, 1961.

Sauvy. Alfred - *Trois mondes, une planète* – saiu em L'Observateur, na edição de 14/agosto/1952, n°118, página 14. Pode ser recuparada no seguinte endereço eletrônico: http://www.homme-moderne.org/societe/demo/sauvy/3mondes.html

Sawer, Marian - *Marxism ande the question of the asiatic mode of production*, The Hague, Martinus Nighoff, 1977.

Shils, E. – "Political Development in the New States – Alternative Courses of Political Development", in Einsenstadt, S.N. (ed) – *Readins in Social Evolucion and Development*, Pergamon Press.

Shils, E. – "Political Development in the New States – The Will to Be Modern", in Einsenstadt, S.N. (ed) – *Readins in Social Evolucion and Development*, Pergamon Press.

Stephanson, Anders – *Manifest Destiny* – American Expansion and the Empire of Rigth, ed. Hill and Wang, N.York, 1996.

Tipps, Dean C. – Modernization theory and the comparative study of societies: a critical pespective – *Comparative Studies in Society and History*, v. 15, n. 2, march 1973

United Nations - Department of Economic Affairs -- *Measures for the economic development of under-developed countries* -- report by a group of experts appointed by the Secretary-General of the U.Nations -- United Nations - Department of Economic Affairs -- May, 1951 -- N.York

USA. *Point four: cooperative program for aid in the development of economically underdeveloped areas*. Department of State, Division of publications, Washington, D.C., 1950 (january).

Weiner, Myron (ed) – *Dinâmica do desenvolvimento economico*, ed. Forum Editora, R.Janeiro, 1969.